

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso LX, do Regimento Interno deste Tribunal, e atendendo ao disposto no expediente SEI n.º 2022.0.000008137-0

RESOLVE autorizar o servidor JOSÉ RIBEIRO FILHO, Analista Judiciário, Mat. 13.034, a laborar em regime de teletrabalho, na modalidade parcial, com comparecimento ao trabalho presencial nas terças, quartas e quintas-feiras, pelo período de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria, nos termos da Resolução TRE/CE n.º 856/2021.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fortaleza, 11 de novembro de 2022.

DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

Presidente

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

### ATOS DIVERSOS

#### EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

5º Termo de Apostilamento ao Contrato N.º 49/2021 celebrado com 3A SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. Objeto: visa reajustar os insumos alocados nas rubricas "5-A- Uniformes", "5-B- Equipamentos" e "5-C- Materiais", no caso específico do item 1-referente aos postos de Auxiliar de Serviços Gerais-, com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado para 12 meses referente ao mês de setembro do corrente, no percentual de 7,17% (sete vírgula dezessete por cento), a partir de 22 de setembro de 2022. Os valores reajustados estão em conformidade com as planilhas de custos e formação de preços anexas a este Termo, constantes no documento SEI nº 0080515, que passam a integrar o Contrato. Fundamento: consoante o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e o art. 13 do Decreto n.º 9.507/2018, c/c Cláusula 4.13 do Contrato n.º 49/2021 e na autorização do Diretor-Geral, contida no SEI n.º 2022.0.000008114-1. Assina, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. DATA: 09/11/2022

HUGO PEREIRA FILHO

DIRETOR-GERAL

#### PORTARIA

PORTARIA N.º 942/2022 (SEI N.º 2022.0.000004759-8)

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, RESOLVE designar os servidores João Rafael Souto dos Santos e Antônio Ronaldo de Almeida Farias, como gestor e suplente, respectivamente, do Contrato nº 102/2022, celebrado com a empresa GENTE SEGURADORA S.A, cujo objeto é a prestação de serviço de seguro de veículos automotores blindados pertencentes à frota do TRE/CE, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 28 de outubro de 2022.

HUGO PEREIRA FILHO

DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

#### EXTRATO DE CONTRATO

Processo SEI n.º 2022.0.000004759-8. Espécie: Contrato n.º 102/2022. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e GENTE SEGURADORA S.A. Objeto: é a prestação de serviço de seguro de veículos automotores blindados pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará-TRE/CE, pelo período de 12 (doze) meses, observando as condições e

especificações estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência anexo. Fundamento Legal: no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93 e na autorização que conste no processo SEI n.º 2022.0.000004759-8. Assinam: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE e, pela contratada, Carlos Eduardo Pinto de Souza. Data: 03/11/2022.

HUGO PEREIRA FILHO

DIRETOR-GERAL

## PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

### ATOS JUDICIAIS

#### REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600197-60.2022.6.06.0000

PROCESSO : 0600197-60.2022.6.06.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (Fortaleza - CE)

RELATOR : Relatoria Juiz Federal George Marmelstein Lima

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

REQUERENTE : ELEICAO 2014 MARIA MIRIAN MARINHEIRO PAIVA DEPUTADO ESTADUAL

#### PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) nº 0600197-60.2022.6.06.0000.

ORIGEM: FORTALEZA/CE.

Relator(a): JUIZ GEORGE MARMELESTEIN LIMA.

REQUERENTE: MARIA MIRIAN MARINHEIRO PAIVA.

ELEIÇÕES 2014. PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADO. TRÂNSITO EM JULGADO DO JULGAMENTO DE CONTAS NÃO PRESTADAS. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. DEMONSTRATIVOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO TSE 23.607/2019. REQUISITOS LEGAIS NÃO ATENDIDOS. INDEFERIMENTO.

1. Trata-se de requerimento de regularização de contas de campanha, eleições de 2014, apresentado pela candidata Maria Miriam Marinheiro Paiva.

2. A omissão quanto a apresentação da prestação de contas foi objeto do Processo nº 0602386-41.2014.6.06.0000, cuja decisão colegiada do TRE-CE transitou em julgado em 9/4/2015 pelo julgamento de contas não prestadas.

3. Impõe-se o indeferimento do pedido de regularização de contas, uma vez constatado pela Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias (id. 19153040) que o requerimento não foi devidamente representado por advogado, além de não vir acompanhado dos demonstrativos elencados no artigo 53, RTSE 23.607, inciso II, a, com exceção do extrato bancário.

4. Pedido de regularização de contas julgado improcedente.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, por unanimidade, em indeferir o pedido de regularização das contas de campanha, relativas às eleições de 2014, nos termos do voto do Relator.

Fortaleza, 11/11/2022.

JUIZ(A) GEORGE MARMELESTEIN LIMA